



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

#### PROJETO DE LEI Nº 5.463, DE 2013

Altera dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e do Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, de forma a ampliar o prazo do penhor agrícola.

**Autor:** Deputado OSMAR SERRAGLIO

**Relator:** Deputado DAVI ALVES SILVA JÚNIOR

#### I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão, o Projeto de Lei nº 5.463, de 2013, do Deputado Osmar Serraglio, que altera a Lei nº 10.406, de 2002 e o Decreto-Lei nº 167, de 1967, de forma a ampliar o prazo do penhor agrícola.

A proposta visa alterar o art. 1.439 da Lei nº 10.406, de 2002, o Código Civil, no sentido de ampliar o prazo do penhor agrícola e o penhor pecuário de três e quatro, respectivamente, para cinco anos, prorrogáveis uma só vez, por igual período. Pretende ainda alterar o art. 61 do Decreto-Lei nº 167, de 1967, remetendo os prazos do penhor agrícola e pecuário ao disposto no art. 1.439 do Código Civil.

Argumenta o nobre Deputado Osmar Serraglio que dada a limitação dos prazos dos penhores agrícolas e pecuários muitos produtores rurais têm que hipotecar suas propriedades, ainda que parcialmente, para garantir financiamentos cujos prazos de vencimento superam o limite de tempo admitido para o penhor.

Assim, com a proposta de conferir um prazo mais dilatado aos penhores agrícola e pecuário pretende estimular a livre negociação entre entidades concedentes do crédito e seus tomadores acerca do prazo ideal, e aumentar o acesso às linhas de crédito disponíveis.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

2

Encerrado o prazo para emendas ao projeto, nenhuma emenda foi apresentada.

É o relatório.

### **II – VOTO DO RELATOR**

Desde a edição do Decreto-Lei nº 167, de 1967, o prazo do penhor agrícola ou pecuário (art. 61) possui a sua duração limitada a um período fixo, com a possibilidade de prorrogação por igual prazo, de modo que, com o vencimento definitivo desse prazo, é exigida do produtor rural a apresentação de novas garantias.

O Código Civil de 2002, não trouxe mudanças significativas na disciplina da matéria, uma vez que o seu art. 1.439 limitou o prazo do penhor rural a três anos para o penhor agrícola e a quatro anos para o penhor pecuário, prorrogáveis uma só vez, até o limite de igual tempo.

Ocorre que essa sistemática de limitação de prazos em seis e oito anos, respectivamente, se mostra, hoje, incompatível com algumas operações de crédito rural, sobretudo as de investimento, que exigem prazos mais longos de reembolso, a exemplo dos financiamentos de máquinas e equipamentos que, não raras vezes, têm prazo superior àqueles estabelecidos para o penhor rural na legislação pertinente.

Diante dessas limitações de prazos de penhor, em operações mais longas é exigida do produtor rural a apresentação de garantias adicionais para a obtenção do crédito, notadamente na modalidade hipotecária, ou mediante a vinculação dos bens financiados em alienação fiduciária, por meio de outros instrumentos de crédito, o que acaba por tornar a formalização do crédito rural mais onerosa para o produtor.

Assim sendo, entendo que o Projeto de Lei do Deputado Osmar Serraglio, ao propor o aumento do prazo do penhor rural, vem ao encontro dos anseios dos produtores rurais e contribui para o fomento do financiamento da produção agropecuária.

Entretanto, a MP nº 619, de 2013, em seus dispositivos (arts. 13 e 14) alterou a redação do art. 1.439 do Código Civil e do art. 61 do Decreto-Lei nº 167, de 1967, e já está em vigor. Ficando a nova redação da seguinte forma:



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

3

*“Art. 1.439. O penhor agrícola e o penhor pecuário não podem ser convencionados por prazos superiores aos das obrigações garantidas.*

*.....” (NR)*

*“Art. 61. O prazo do penhor rural, agrícola ou pecuário, não excederá o prazo da obrigação garantida e, embora vencido o prazo, permanece a garantia, enquanto subsistirem os bens que a constituem.*

*Parágrafo único. A prorrogação do penhor rural, inclusive decorrente de prorrogação da obrigação garantida prevista no **caput**, ocorre mediante a averbação à margem do registro respectivo, mediante requerimento do credor e do devedor.” (NR)*

Desta forma, a MP nº 619, de 2013, propõe a eliminação da limitação de prazo atribuída ao instituto do penhor rural de forma a criar um vínculo real e temporal entre a garantia e a dívida a ser garantida, enquanto essa persistir como obrigação. Dessa forma, possibilita-se que o devedor preste uma única garantia ao credor por meio de acordo entre as partes e, conseqüentemente, diminua as despesas com serviços notariais e de registros.

Como vemos, a proposta da MP é até mais ampla do que a do Projeto de Lei nº 5.463, de 2013, pois não fixa prazos, assim a garantia permanecerá enquanto subsistirem os bens que a constituem. Por isso, e considerando que a MP nº 619, de 2013, ainda não foi aprovada, sugiro que seja alterada a redação do PL nº 5.463, de 2013, no sentido de se adequar à proposta feita pelo Poder Executivo. Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.463, de 2013, na forma do Substitutivo anexo. Sala da Comissão, em        de agosto de 2013.

Deputado DAVI ALVES SILVA JÚNIOR  
Relator



**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E  
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.463, DE 2013**

Altera dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e do Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, de forma a ampliar o prazo do penhor agrícola.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do artigo 1.439 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.439. O penhor agrícola e o penhor pecuário somente podem ser convencionados por prazos não superiores aos das obrigações garantidas.

.....” (NR)

Art. 2º O art. 61 do Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. Aplica-se o disposto no art. 1.439, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, aos prazos e prorrogações do penhor agrícola e penhor pecuário. (NR)”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em            de agosto de 2013.

Deputado DAVI ALVES SILVA JÚNIOR  
Relator